



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 2000

Dispõe sobre a concessão de empréstimos em dinheiro, através de pessoas jurídicas de direito privado, sob penhor de bens móveis.

Autor - Deputado CORIOLANO SALES

Relator-Substituto - Deputado LUIZ CARLOS HAULY

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame pretende autorizar a instituição de “Casas de Penhor” por intermédio de pessoas jurídicas de direito privado que se enquadrem nas condições nele descritas, destinadas a conceder empréstimos de pequena expressão financeira, mediante garantia de penhor de bens móveis.

A proposição estabelece que será obrigatório o uso da denominação “Casa de Penhor” na razão social da empresa que vier a explorar essa modalidade de atividade financeira; fixa as condições de sua exploração, tais como a necessidade de capital mínimo de três mil salários mínimos, registro em Junta Comercial, autorização do Banco Central do Brasil, regras de funcionamento e o limite máximo de remuneração aos empréstimos praticados.

O projeto de lei foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Constituição de Justiça e de Redação, em regime de tramitação com prioridade (RICD, art. 151, II, alínea “b”), aqui distribuído ao nobre Deputado Carlito Merss para relatar a matéria.

O relator emitiu parecer pela não implicação orçamentária e financeira e, quanto ao mérito, pela sua rejeição; rejeitado o seu voto pela maioria dos membros da Comissão, fomos, na forma regimental, designados para proferir novo parecer.



II – VOTO DO RELATOR

Segundo esclarece o autor da iniciativa, o penhor civil constitui atualmente monopólio da Caixa Econômica Federal - CEF, que lhe foi conferido pelo Decreto nº 24.427, de 19 de julho de 1934, ainda durante o governo Getúlio Vargas.

Entende que o panorama moderno da economia e o desenvolvimento social do país não comportam mais o monopólio dessa atividade, citando exemplos de outros países – tais como Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra – que já adotam há muitos anos instituições do tipo de “Casas de Fidúcia” e “Casa de Penhores”, voltadas para proporcionar empréstimos de pequena monta a pessoas físicas e jurídicas, com vistas a viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial classificados como microempresas.

Ademais, é de opinião que a quebra do monopólio da CEF – além de não mais se justificar- é uma medida saneadora que se impõe para abrir as portas do mercado em centenas de municípios brasileiros, uma vez que a carteira de penhor daquela instituição somente abrange 175 dos quase 5.600 municípios do Brasil. Isto sem falar em uma saudável competitividade que, certamente, proporcionará melhores serviços à sociedade, mais emprego e mais renda.

Embora seja de plena justiça proclamar os bons serviços que a CEF vem prestando no particular, importa ressaltar que a quebra do monopólio dessa atividade teria insignificante reflexo nos negócios daquela instituição, mas, certamente, constituir-se-ia em medida altamente salutar à concorrência, abrindo a perspectiva para beneficiar-se milhares de pessoas em mais de 5.000 municípios brasileiros, onde, atualmente, o serviço não é prestado.

Além disso, a nosso ver, a aprovação do projeto possibilitaria a criação de milhares de postos de trabalho, e contribuiria decisivamente para fechar as portas da prática ilícita da agiotagem que, conforme sabemos, funciona generalizadamente no país, com grandes riscos para os tomadores de empréstimos e cobrança de altíssimas taxas de juros.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Entendemos, pois, que o projeto deve ser aprovado. Todavia, a fim de aperfeiçoar a matéria, sugerimos nova redação para a ementa do texto original e, também, modificação do inciso I do art. 2º, visto que, neste último caso, a fórmula proposta não se harmoniza com as condições econômicas reinantes na grande maioria dos municípios brasileiros; em verdade, o capital ali referido, de três mil salários mínimos, não está condizente com as possibilidades financeiras de empresas eventualmente interessadas para o exercício da atividade em causa. Essas duas alterações estão consubstanciadas nas duas emendas anexas, que ora oferecemos.

Quanto ao exame de adequação orçamentária e financeira, acompanhamos o parecer do relator original deste projeto de lei, concluindo que a matéria não tem reflexos em relação às finanças públicas.

Em face do exposto, o nosso voto é pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2000 e, no mérito, somos pela sua **aprovação**, com duas emendas.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2003.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY

Relator-Substituto

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 2000

Dispõe sobre a concessão de empréstimos em dinheiro, através de pessoas jurídicas de direito privado, sob penhor de bens móveis.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Dê-se a seguinte redação à ementa do texto original:

“Dispõe sobre a concessão de empréstimos em dinheiro, através de pessoas jurídicas de direito privado, sob penhor de bens móveis.”

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2003.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
Relator- Substituto

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 2000

Dispõe sobre a concessão de empréstimos em dinheiro, através de pessoas jurídicas de direito privado, sob penhor de bens móveis.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do art. 2º do texto original:

“Art. 2º



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

“I – capital realizado e patrimônio líquido mínimos de R\$100.000,00 (cem mil reais), sempre atualizados.”

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2003.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
Relator Substituto